

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 05/2016

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

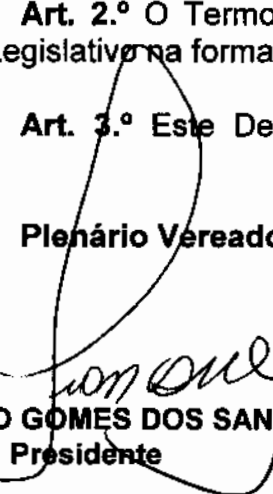
Referenda o Termo de Convênio celebrado entre a Câmara Municipal de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá para a realização do "1.º Censo do Legislativo Municipal Paranaense".

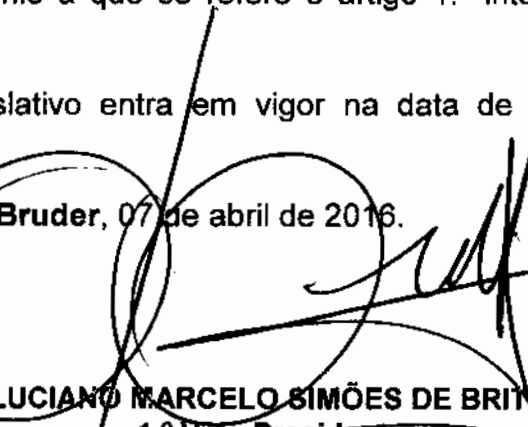
Art. 1.º Fica referendado o Termo de Convênio celebrado entre a Câmara Municipal de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá, em 29 de março de 2016, para a realização do Projeto "1.º Censo do Legislativo Municipal Paranaense".

Art. 2.º O Termo de Convênio a que se refere o artigo 1.º integra este Decreto Legislativo na forma de anexo.

Art. 3.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 07 de abril de 2016.


FRANCISCO GOMES DOS SANTOS
Presidente


LUCIANO MARCELO SIMÕES DE BRITO
1.º Vice-Presidente


JONES DARC DE JESUS
2.º Vice-Presidente


EDSON LUIZ BEREIRA
1.º Secretário


LUIZ CARLOS PEREIRA
2.º Secretário


JOÃO BATISTA DA SILVA
3.º Secretário

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ.

Pelo presente instrumento, a **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**, autarquia estadual de regime especial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.151.312/0001-56, com sede em Maringá, PR, à Av. Colombo, n. 5.790, Jardim Universitário, doravante denominada **UEM**, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. **Mauro Luciano Baesso**, CPF nº 387.386.519-04, RG nº 1.883.579-SSP/PR, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 77.926.509/0001-94, com sede na Av. Papa João XXIII nº 239, Maringá, Paraná, CEP 87.010-260, neste ato representada pelo seu Presidente o Vereador **Francisco Gomes dos Santos**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 3.240.285-2-SSP/PR, inscrito no CPF sob nº. 532.754.039-15, doravante denominada **CMM**, ajustam entre si, e por isso se obrigam reciprocamente, um sistema de cooperação regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007 e Lei Federal nº 8.666/93 que estabelecem normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios, bem como pelas seguintes cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS

Considerando a afinidade de propósitos da UEM e da CMM, este Convênio é celebrado a partir das seguintes políticas e objetivos:

I - necessidade de organizar e mobilizar, de maneira racional, os recursos universitários de alta qualificação, sejam eles de docência e de pesquisa dos diferentes campos das atividades científicas, com objetivo de divulgar, intercambiar e transferir conhecimentos, atividades de extensão universitária e prestação de serviços à comunidade;

II - conveniência de desenvolver projetos ou ações conjuntas ou associadas, as quais venham a produzir melhores resultados para a sociedade;

III - conveniência de aproximar os partícipes, independentemente de seus esforços isolados, com outras entidades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior, visando ao estreitamento das relações e à promoção do desenvolvimento cultural, político, econômico e social do Brasil;

IV - conveniência de multiplicar o acervo de conhecimentos da UEM e da CMM, em benefício do desenvolvimento científico, cultural e social do país;

V - conveniência de assegurar divulgação mais eficiente para a comunidade dos resultados das atividades promovidas e/ou conduzidas pelos partícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Considerando que é indispensável a exata compreensão de determinados termos relevantes usados neste Convênio, serão eles entendidos e utilizados de acordo com as seguintes definições:

I - entende-se por cooperação os esforços e as atividades conjuntos que impliquem

na utilização de recursos humanos ou materiais que os partícipes já possuam regularmente ou os que devam ser desenvolvidos especificamente em razão de projetos ou de ações;

II - a expressão recursos humanos abrange professores, pesquisadores, técnicos e funcionários que já façam parte dos quadros regulares da UEM e da CMM, ou os que forem selecionados para projetos ou ações;

III - projetos e ações poderão abranger diferentes formas de cooperação entre os partícipes, especialmente: cursos, pesquisas, análise e avaliação de projetos, treinamento de recursos humanos, levantamento, tratamento e sistematização de informações, assistência técnica, assessoria e consultoria, eventos científicos, artísticos e culturais, bolsas de fomento, estágios e organização, montagem e conservação de acervos científico, artístico e cultural;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O objeto deste Convênio será o estabelecimento dos termos da cooperação a ser desenvolvida para o projeto **"1º CENSO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARANAENSE"**, aprovado pela Resolução n. 050/2015 – DCS/UEM, em 24/11/2015, documento este que passa a fazer parte integrante do presente instrumento na condição de anexo, assim como o projeto de pesquisa completo, o qual define os objetivos e/ou produtos pretendidos, a descrição dos serviços ou atividades a serem desenvolvidos e respectivos cronogramas físico e financeiro, e a especificação dos recursos humanos e materiais a serem mobilizados.

§ 1º - Em função do objeto definido nesta cláusula, a UEM compromete-se a:

1. oferecer apoio institucional ao projeto;
2. facilitar (ou proporcionar) a vinculação de no mínimo 2 (dois) professores doutores, pesquisadores e técnicos de seus quadros aos projetos e ações que forem desenvolvidos;
3. facilitar (ou proporcionar) a utilização de seus recursos materiais (estrutura física) para a realização dos projetos e ações que forem desenvolvidos, especialmente do Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL);
4. coordenar a atuação dos acadêmicos da UEM e servidores da CMM nos projetos e ações que forem desenvolvidos;
5. oferecer, através do NUPPOL, oficinas de metodologia e mini cursos aos servidores da CMM e aos alunos de graduação e pós-graduação vinculados à Escola Legislativa.

§ 2º - Em função do objeto definido nesta cláusula, a CMM compromete-se a:

1. oferecer apoio institucional ao projeto;
2. proporcionar a vinculação dos recursos humanos de seus quadros aos projetos e ações que forem desenvolvidos;
3. oferecer apoio logístico ao projeto, com a disponibilização de servidores lotados na Escola Legislativa e da estrutura da CMM para receber os professores e estudantes;
4. facilitar a utilização de seus recursos materiais para a realização dos projetos e ações que forem desenvolvidos.

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO

O coordenador deste CONVÊNIO, representante da UEM, será o Professor Doutor

Ednaldo Aparecido Ribeiro (docente do Departamento de Ciências Sociais – DCS). A coordenadora deste CONVÊNIO, representante da CMM, será a advogada da Câmara Municipal de Maringá, **Ana Maria Brenner Silva**.

Compete aos coordenadores a apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, acompanhado da prestação de contas completa, quanto aos recursos financeiros recebidos.

§ 1º - Compete à coordenação geral acompanhar o andamento dos projetos e ações decorrentes deste Convênio, de forma a garantir o cumprimento de suas políticas e objetivos.

§ 2º - É facultado à coordenação geral, ouvidos o Presidente da Câmara Municipal de Maringá e o Reitor da UEM, nomear coordenadores executivos para cada projeto ou ação, quando se fizer necessário.

§ 3º - É permitido a uma mesma pessoa vinculada a qualquer dos partícipes e a critério da coordenação geral, exercer a coordenação executiva de mais de um projeto ou ação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente convênio será objeto de aprovação pelo plenário da CMM que o referendará. Após os trâmites legislativos, seu extrato será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Órgão Oficial do Município para que seja dada a publicidade legal necessária.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

Este Convênio vigorará até o dia 31/12/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

Qualquer dos partícipes poderá denunciar este Convênio, desde que o faça mediante aviso escrito, com 90 (noventa) dias de antecedência.

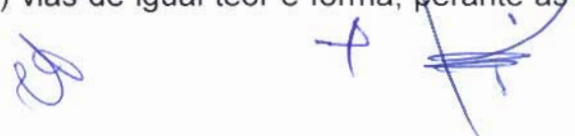
CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Havendo rescisão ou encerramento deste Convênio, por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, ou denunciado, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do Convênio.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maringá, PR, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E por estarem de pleno acordo com as normas e condições fixadas neste Convênio, a UEM e a CMM firmam-no em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as



testemunhas abaixo assinadas, que também declaram conhecer seu inteiro teor.

A eventual denúncia deste Convênio durante seu prazo de vigência não deverá interferir na efetivação dos contratos, ajustes, projetos ou ações em curso, cuja execução deverá ser ultimada tal como prevista nos respectivos instrumentos.

Maringá, PR, 29 de março de 2016.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Francisco Gomes dos Santos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Mauro Luciano Baesso

Testemunhas:



Ana Maria Brenner Silva
Advogada da Câmara Municipal de Maringá
UEM
OAB-PR 35.981

Ednaldo Aparecido Ribeiro
Professor Adjunto da

Anexo I
Plano de Trabalho 1.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

1. Dados Cadastrais da UEM

Órgão/entidade UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ				CNPJ 79.151.312/0001-56	
Endereço Av. Colombo, 5.790					
Cidade Maringá	UF PR	CEP 87020-900	DDD/telefone (044) 3011-4280	E.A. Estadual	
Conta corrente	Banco		agência	praça de pagamento	
Nome do responsável Mauro Luciano Baesso				CPF 387.386.519-04	
CI/órgão exped. 1.883.579 - SSP-PR	Cargo Professor		função Reitor	Matricula	
Endereço Av. Gov Parigot de Souza, nº 198 - Apto. 1202 - Zona 01 - Maringá-PR				CEP 87030-030	

2. Dados Cadastrais

Órgão/entidade CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ				CNPJ 77.926.509/0001-94	
Endereço Av. Papa João XXIII nº 239					
Cidade Maringá	UF PR	CEP 87.010-260	DDD/telefone (044)	E.A.	
Conta corrente	Banco		agência	praça de pagamento	
Nome do responsável Francisco Gomes dos Santos				CPF 532.754.039-15	
CI/órgão exped. 3.240.285-2-SSP/PR	Cargo		função	Matricula	
Endereço				CEP	

3. Descrição do Projeto

Título do projeto 1º CENSO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARANAENSE.	período de execução	
	início 29/03/2016	termino 31/12/2016

Identificação do objeto

Regular a cooperação técnico-científica entre a UEM e a CMM nas áreas de atuação e interesses comuns, respeitadas as legislações específicas de cada partícipe e que regulem a matéria, em especial o art. 116 da Lei n. 8.666/93, para a realização da **1º CENSO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARANAENSE.**

Justificativa da proposição

A proposta de execução do presente projeto em parceria entre a UEM/CMM, visa proporcionar a agilidade necessária e condições seguras para a execução das atividades programadas, para a realização do Projeto.

Anexo I

Plano de Trabalho 2.3



4. Cronograma de Execução (meta, etapa ou fase)

meta	etapa fase	Especificação	indicador físico		Duração	
			unidade	quantidade	Início	término
	1	Formalização da Parceria	convênio	01	01/2015	03/2016
	2	Desenvolvimento das Atividades	projeto	01	03/2016	12/2016
	3	Relatório Final/Prestação de Contas	relatório	01	01/2017	02/2017

5. Plano de Aplicação (R\$ 1,00)

[illegible]**TOTAL GERAL**

Anexo I
Plano de Trabalho 3.3



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

6. Cronograma de Desembolso (RS 1,00)

UEM – 2016

meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	Junho
1 a 3						

meta	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
1 a 3						

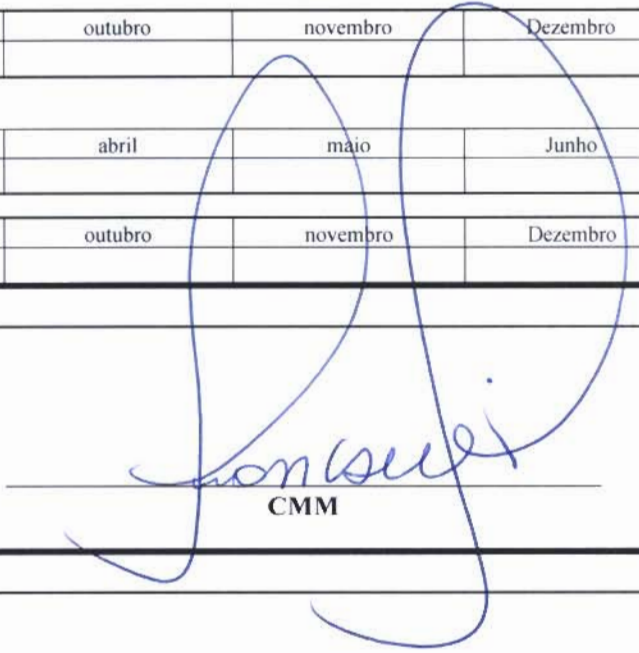
CMM – 2016

meta	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	Junho
1 a 3						

meta	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	Dezembro
1 a 3						

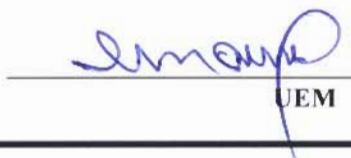
7. Assinatura pela CMM

Maringá-PR, 29 de março de 2016.


CMM

8. Assinatura pela UEM

Maringá-PR, 29 de março de 2016.


UEM



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>**OFÍCIO Nº 8/2015 - PROJUR**

Maringá, 17 de setembro de 2015.

Assunto: **Protocolo de Intenções – Projeto “Censo Legislativo Municipal Paranaense (2013-2016)”**

Senhor Reitor,

Venho, por meio do presente ofício, manifestar a intenção da Câmara Municipal de Maringá de celebrar futuro Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional com a Universidade Estadual de Maringá, no sentido de viabilizar a realização do projeto denominado **“Censo Legislativo Municipal Paranaense (2013-2016)”**, por meio do qual pretende-se realizar um levantamento completo do perfil sócio-demográfico de todos os vereadores do Estado do Paraná, bem como informações institucionais e estruturais das Câmaras Municipais do Estado, de modo a obter um banco de dados bastante substancial a respeito da configuração do Poder Legislativo Municipal Paranaense, Legislatura 2013-2016, tema extremamente relevante para a democracia, porém ainda pouco explorado pela academia.

A celebração de parcerias, estabelecida por meio de instrumentos jurídicos que configuram Convênios, Acordos de Cooperação e/ou Protocolos de Intenções, contribui para o aprimoramento das capacidades institucionais dos envolvidos, para a otimização do uso de recursos materiais e intelectuais, para a inserção regional, nacional e internacional da Câmara Municipal e da Universidade Estadual de Maringá.

Além disso, a cooperação é uma das mais fortes evidências do interesse da Câmara Municipal de Maringá em integrar-se ao contexto social em que se situa e nele contribuir para a execução de políticas públicas, a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento econômico e social da cidade e do Estado, além da integração Poder Legislativo e Universidade.

Assim, e para formalizar a intenção, encaminho, em anexo, minuta do documento diplomático para sua apreciação e encaminhamentos.

Aproveito a oportunidade para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Francisco Gomes dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Maringá

Ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá

Professor Doutor Mauro Luciano Baesso

Maringá - PR



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gomes dos Santos, Presidente**, em 17/09/2015, às 18:14, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0014476** e o código CRC **58F83EA0**.



Universidade Estadual de Maringá

GABINETE DA REITORIA

Ofício nº 058/2016- GRE/ASP

Maringá, 01 de Abril de 2016.

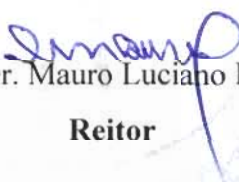
Prezados Senhores:

Encaminhamos, devidamente assinadas, as 03 (três) vias do **Termo de Convênio**, a ser celebrado entre a Câmara Municipal de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá.

Solicitamos, após a assinatura dos representantes desta Prefeitura, a devolução de (02) duas via assinada do Termo em pauta.

Colocamo-nos à disposição para informações complementares por meio do telefone (44) 3011-4280 ou, ainda, por meio do endereço eletrônico: sec-cpc@uem.br.

Atenciosamente.


Prof. Dr. Mauro Luciano Baesso

Reitor

Ao Sr.

FRANCISCO GOMES DOS SANTOS

Presidente

Câmara Municipal de Maringá

Av. Papa João XXIII nº 239

87.010-260 – MARINGÁ - PR



Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais

RESOLUÇÃO N.º 050/2015-DCS

Aprova ad referendum o Projeto de Pesquisa: "1º censo do legislativo municipal paranaense".

Considerando o contido no Processo n.º.6776/2015-PRO, Projeto de Pesquisa: "1º censo do legislativo municipal paranaense", sob a coordenação do professor Ednaldo Aparecido Ribeiro;

O Departamento de Ciências Sociais aprovou ad referendum, e eu, Chefe do Departamento, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Pesquisa: "1º censo do legislativo municipal paranaense".

Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRA-SE.

Maringá, 24 de novembro de 2015.


Prof. Dr. Walter Lúcio de Alencar Praxedes
CHEFE ADJUNTO DO DCS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Divisão de Pesquisa

PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: 1º censo do legislativo municipal paranaense

Coordenação: Ednaldo Aparecido Ribeiro

Centro: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Departamento: Departamento de Ciências Sociais

Data de Envio: 22/09/2015

TÍTULO DO PROJETO: 1º censo do legislativo municipal paranaense

1 - DADOS DO COORDENADOR

Nome: Ednaldo Aparecido Ribeiro		
CPF: 01516846931	Matricula: 90290	e-mail: ednaldorip@uol.com.br
Regime de Trabalho: T-40 TIDE	Categoria: Docente	
Titulação: Doutor(a)	Instituição/Departamento: Departamento de Ciências Sociais	
Carga Horária Semanal dedicada à pesquisa:		8 hora(s)

2 - DADOS DA EQUIPE EXECUTORA

Nome: Carla Cecilia Rodrigues Almeida		
CPF: 13659379840	Matricula: 46	e-mail: carlaalm@uol.com.br
Regime de Trabalho:	Categoria: Docente	
Titulação: Doutor(a)	Instituição/Departament	Departamento de Ciências Sociais
Tipo de	Docente	
Carga Horária Semanal dedicada ao projeto:		8 hora(s)

Nome: Ana Maria Brenner		
CPF: 02754543988	Matricula:	e-mail: anabrenner@hotmail.com
Regime de Trabalho:	Categoria: Discente	
Titulação: Especialista	Instituição/Departament	Departamento de Ciências Sociais
Tipo de	Discente	
Carga Horária Semanal dedicada ao projeto:		8 hora(s)

Nome: Eder Rodrigo Gimenes		
CPF: 04452970931	Matricula:	e-mail: eder.mestrado@gmail.com
Regime de Trabalho:	Categoria: Discente	
Titulação: Mestre	Instituição/Departament	Departamento de Ciências Sociais
Tipo de	Discente	
Carga Horária Semanal dedicada ao projeto:		8 hora(s)

2 - DADOS DA EQUIPE EXECUTORA

Nome:	Wesley Oliveira Furriel		
CPF:	06601787965	Matrícula:	61493 e-mail: wesley_furriel@hotmail.com
Regime de Trabalho:	Categoria:		Discente
Titulação:	Graduado(a)	Instituição/Departament	Departamento de Ciências Sociais
Tipo de	Discente		
Carga Horária Semanal dedicada ao projeto:	8 hora(s)		

3 - DADOS DO PROJETO

Tipo do Projeto:	Pesquisa	Modalidade:	Básica
Área do conhecimento na qual se enquadra o	Ciência Política - 70900000		
Nome da sub área:	Comportamento Legislativo	Código:	70903000
Identificação do Projeto no Protocolo Geral:	6776/2015	Abertura:	22/09/2015
Órgão onde se desenvolverá o	Departamento de Ciências Sociais		
Início:	01/01/2016	N.º de meses:	12
		Término previsto:	31/12/2016
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO VINCULADO:			
Nome do Programa:	Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais		
Nível:	ME	Sigla:	PGC
COMITÊ(S) DE ÉTICA ENVOLVIDO(S):			
CIBIO - Comissão Interna de Biossegurança - Organismos geneticamente	Não		
COPEP - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos:	Não		
CEAE - Comitê de Conduta Ética no Uso de Animais em Experimentação:	Não		
PERMISSÕES DE VISUALIZAÇÃO			
Resumo:	Sim	Objetivos:	Sim
		Resultados:	Sim
Impacto:	Sim	Equipe:	Sim
		Atividades:	Não
Financiamentos:	Não		
DADOS DO ENVIO DO PROJETO			
Data de Envio:	22/09/2015 08.52.41		
N.º do recibo:	5c1e216cdba2fdee22898c5b30c8ff7c		

4.1 - PALAVRAS-CHAVE

- elites políticas
- legislativo
- trajetória
- cultura política

4.2 - RESUMO

A pesquisa pretende identificar o perfil sócio-demográfico e atitudinal da totalidade dos vereadores dos municípios paranaenses, além de mapear os principais pontos de suas trajetórias políticas. Metodologicamente a pesquisa será conduzida de forma quantitativa, com aplicação de questionário padronizado informatizado com objetivos censitários.

4.3 - OBJETIVOS

O objetivo geral do projeto é mapear as características sociodemográficas, atitudinais, associativas e relacionadas à trajetória política dos parlamentares das Câmaras de Vereadores do Paraná, bem como as condições estruturais das Câmaras municipais, referentes à legislatura 2013-2016.

Para tanto, são objetivos específicos:

1. Coletar respostas a questionário online a ser encaminhado à totalidade dos vereadores dos 399 municípios paranaenses;
2. Coletar respostas a questionário online a ser encaminhado à totalidade das Câmaras de vereadores dos 399 municípios paranaenses;
3. Capacitar acadêmicos de graduação e de pós-graduação para utilização de métodos quantitativos de análise estatística;
4. Produzir relatório à Câmara Municipal de Maringá com informações referentes à composição do legislativo municipal paranaense e à estruturação das Câmaras municipais do estado;
5. Utilizar o banco de dados decorrente da pesquisa para realização de outros projetos de pesquisa, de iniciação científica e de dissertações de mestrado;
6. Disponibilização do banco de dados em bases de pesquisa.

4.4 - RESULTADOS ESPERADOS

1. Redação de artigos para publicação em periódicos especializados das áreas de Ciência Política e de Sociologia;
2. *Apresentação das conclusões da investigação em congressos e/ou encontros científicos;*
3. Construção de bancos de dados sobre vereadores e Câmaras municipais paranaenses;
4. Orientações de projetos de iniciação científica e de dissertações de mestrado.

4.5 - IMPACTO NA SOCIEDADE

Contribuir para o debate sobre o perfil dos parlamentares municipais brasileiros e sobre a estrutura do Poder Legislativo local.

5 - ATIVIDADES

5 - ATIVIDADES

Nome da	Início:	Término:
Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa	01/01/2016	31/03/2016
Descrição:	Elaboração do questionário.	
Desenvolvida por:	- Ana Maria Brenner - Carla Cecília Rodrigues Almeida - Eder Rodrigo Gimenes - Ednaldo Aparecido Ribeiro - Wesley Oliveira Furriel	

Nome da	Início:	Término:
Coleta de Dados	01/04/2016	01/07/2016
Descrição:	Coleta de dados.	
Desenvolvida por:	- Ana Maria Brenner - Carla Cecília Rodrigues Almeida - Eder Rodrigo Gimenes - Ednaldo Aparecido Ribeiro - Wesley Oliveira Furriel	

Nome da	Início:	Término:
Pesquisa e Revisão Bibliográfica	01/01/2016	01/07/2016
Descrição:	Pesquisa em bases nacionais e internacionais por publicações a respeito do tema. Leitura do material localizado.	
Desenvolvida por:	- Ana Maria Brenner - Carla Cecília Rodrigues Almeida - Eder Rodrigo Gimenes - Ednaldo Aparecido Ribeiro - Wesley Oliveira Furriel	

Nome da	Início:	Término:
Processamento de Dados	01/06/2016	31/07/2016
Descrição:	Criação e alimentação de banco de dados com as informações coletadas.	
Desenvolvida por:	- Ana Maria Brenner - Carla Cecília Rodrigues Almeida - Eder Rodrigo Gimenes - Ednaldo Aparecido Ribeiro - Wesley Oliveira Furriel	

5 - ATIVIDADES

Nome da	Início:	Término:
Análise de dados	01/07/2016	31/10/2016
Descrição: Análise estatística dos dados.		
Desenvolvida por:		
- Ana Maria Brenner		
- Carla Cecília Rodrigues Almeida		
- Eder Rodrigo Gimenes		
- Ednaldo Aparecido Ribeiro		
- Wesley Oliveira Furriel		

Nome da	Início:	Término:
Redação de Relatórios	01/11/2016	30/12/2016
Descrição: Redação dos relatórios técnicos.		
Desenvolvida por:		
- Ana Maria Brenner		
- Carla Cecília Rodrigues Almeida		
- Eder Rodrigo Gimenes		
- Ednaldo Aparecido Ribeiro		
- Wesley Oliveira Furriel		

1º CENSO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL PARANAENSE

Coordenador: Ednaldo Ap. Ribeiro

Coordenadora Adjunta: Carla Cecília Rodrigues Almeida

Equipe: Eder Rodrigo Gimenes

Wesley Furriel

Ana Maria Brenner

1 – Introdução

Um dos fundadores do elitismo como teoria politológica afirmou que o estudo das minorias politicamente ativas deveria ser a atividade principal dos cientistas políticos (MOSCA, 1992[1896]). Considerando que, invariavelmente, todas as sociedades humanas são divididas entre dirigentes e dirigidos, esse autor acreditava que a análise da composição e atuação desse grupo poderia apresentar informações privilegiadas sobre o funcionamento de qualquer sistema político. Pode-se questionar vários dos pressupostos inerentes à abordagem elitista, mas é muito difícil defender a irrelevância desse estrato politicamente ativo para a configuração de qualquer fenômeno político contemporâneo, mesmo em regimes democráticos onde a participação popular é incentivada.

Mesmo tendo passado por períodos de retração, como nas décadas de 1960 e 1970, graças a fortes críticas de orientação marxista, institucionalista e estruturalista, na atualidade uma profícua agenda elitista dá sinais de muita vitalidade nos cenários internacional e nacional (PERISSINOTTO; CODATO, 2008). No Brasil, essa agenda tem importantes conexões com os estudos sobre *carreiras políticas*, que buscam produzir diagnósticos sobre as bases de recrutamento das elites políticas no contexto pós-redemocratização. Como têm mostrado tais estudos, nesse contexto, o acirramento da concorrência eleitoral impacta também a definição dos tipos de capitais políticos que importam para a entrada e a permanência na política institucional (MARENCO; SERNA, 2007; CORADINI, 2007; ARAÚJO, 2010). Nessa medida, a identificação das bases sociais do recrutamento político e dos recursos necessários ao ingresso e sucesso na competição eleitoral é fundamental para compreendermos determinadas dimensões do funcionamento da democracia.

Reconhecendo essa relevância, a presente proposta de pesquisa toma como objeto uma parte dessa elite política nacional que, até o presente momento, tem sido alvo de atenção apenas marginal da literatura nacional: os membros do poder legislativo municipal. Se as elites parlamentares federais (NUNES, 1978; CARVALHO 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; CODATO, 2008; ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012) e as regionais (PERISSINOTTO *et al*, 2007), tem sido alvo de análises, permanece pouco estudada essa fração da classe dirigente que atua nas Câmaras de vereadores dos municípios brasileiros.

A seleção desse objeto de pesquisa, entretanto, gera um primeiro problema operacional de amplitude da escala de análise, já que ao invés de centenas de unidades de análises (no caso de pesquisas com deputados federais ou estaduais), a análise do nível municipal eleva esse contingente a dezenas de milhares se o alcance da investigação for nacional. Inicialmente, portanto, delimitamos nosso universo de pesquisa para o legislativo municipal do Estado do Paraná, o que ainda assim nos coloca diante de alguns milhares de componentes do legislativo.

Nosso olhar sobre essas elites focará dois eixos fundamentais dos estudos elitistas contemporâneos: 1) origem e trajetória e 2) valores políticos.

No primeiro eixo, nossa proposta é avaliar quem são os vereadores paranaenses por meio da identificação dos seus atributos sócio-demográficos e dos seus vínculos institucionais de natureza política ou não. Nos interessa avaliar quais “caminhos” conduzem essas pessoas ao poder legislativo municipal, realizando, assim, um estudo de trajetória política. Nesse primeiro objetivo, entretanto, nos diferenciamos da abordagem elitista convencional, pois nos interessa de forma mais específica, de um lado, a identificação do que definimos como vínculos associativos dessas elites. Nossa intenção é, estabelecendo uma conexão entre abordagens elitistas, representacionistas e participacionistas, entender como a antecedência de relações com organizações da sociedade civil impactam as trajetórias desses vereadores, inclusive levando em considerações recortes de gênero e raça. De outro lado, e munidos do diálogo entre aquelas mesmas abordagens, nos interessa também saber as relações que essa elite política estabelece com as denominadas instituições participativas, como Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências Públicas. Dado o peso que adquiriu essas instâncias no sistema decisório brasileiro¹, interessa compreender em que medida as elites das instâncias tradicionais de representação, como os vereadores, se conectam, transitam e se relacionam com as inovações institucionais da democracia representativa contemporânea.

O conjunto dos objetivos estabelecidos para esse primeiro eixo alimenta-se de uma importante inflexão ocorrida na bibliografia contemporânea sobre representação e participação política. Diante da complexidade das democracias atualmente existentes, várias vertentes analíticas vêm chamando a atenção para os limites das abordagens que antagonizam ou tratam de forma apartada as instâncias de participação e as instituições representativas, mostrando sua inadequação para a compreensão do funcionamento efetivo das instituições

¹ Como exemplo, hoje temos cerca de 62.562 conselhos gestores espalhados pelo conjunto dos municípios brasileiros em diferentes áreas de políticas públicas: saúde, educação, assistência social, preservação do patrimônio, meio ambiente, segurança alimentar, direitos do idoso, cultura, habitação etc. (SECRETARIA GERAL DA REPÚBLICA, 2014).

democráticas (URBINATI, 2006; LÜCHMANN, 2007; PERUZZOTTI; SELEE, 2009; GURZA LAVALLE; INSUZA VERA, 2011).

Para Urbinati (2006), por exemplo, uma compreensão adequada da representação política exige que a abordemos como um processo que articula/conecta instituições políticas e sociedade civil, cujas variadas formas de comunicação configurariam o continuum por meio do qual se expressa o julgamento e a ação política nas modernas democracias. Nessa perspectiva dinâmica de representação, as várias formas de ativismo político originado nas associações seriam componentes constitutivos da representação, não apenas seus acessórios. Para o que nos interessa nessa proposta de pesquisa, na medida em que identificamos os vínculos associativos dos vereadores, nós identificamos também, portanto, a densidade dos links existentes entre Estado e sociedade civil e os tipos de associativismo que têm promovido a conexão entre essas duas esferas na escala municipal.

Na mesma direção, os estudiosos das instituições participativas também vêm argumentando que para um conhecimento mais apurado de suas formas de funcionamento impõe-se considerar os vínculos entre as dinâmicas de representação política protagonizadas pelas organizações civis e as instituições tradicionais da política (GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELO, 2006). Tais estudos vêm mostrando que o funcionamento das instituições participativas, como conselhos e conferências, são atravessados pelas dinâmicas e pelos interesses que partem de outras instâncias representativas, como os legislativos por exemplo (AVRITZER, 2007). No que diz respeito a esse aspecto, nos interessa, assim, identificar os padrões de relacionamento que os vereadores estabelecem com essas instâncias, o quão próximos ou distantes estão delas.

Essa abordagem que enfatiza as mútuas implicações entre participação e representação política, por outro lado, também serve aos estudos sobre carreiras ou trajetórias políticas, já mencionamos. No Brasil, pesquisas sobre o assunto têm permitindo identificar não apenas os recursos e os fatores que facilitam/bloqueiam o acesso ao sistema político, bem como têm permitido o diagnóstico de associações entre determinados padrões de inserção/permanência no sistema político e militância em organizações da sociedade civil (MARENCO; SERNA, 2007; CORADINI, 2007). Coradini (2007) afirma, por exemplo, que a redemocratização tornou o capital associativo um importante recurso político para os pretendentes a cargos representativos. Sua pesquisa mostra que, entre 1994 e 2003, o crescimento dos vínculos associativos de deputados eleitos foi constante. Por outro lado, a pesquisa de Araújo (2010) mostrou que, em sistemas eleitorais nos quais vigoram Listas Fechadas, as negociações intrapartidárias têm um peso maior para os processos que envolvem o recrutamento político. No Brasil, onde não vigora esse dispositivo, o capital político

advindo de recursos financeiros ou redes de apoio, com destaque para as práticas associativas, torna-se fundamental.

Em pesquisas dessa natureza, o conceito de capital político busca identificar o tipo de recurso que importa para a ocupação de postos no campo político. A pesquisa de Pinheiro (2006) sobre deputadas federais identificou, por exemplo, quatro tipos de capitais políticos que pesam nas carreiras das mulheres que passam pelo crivo eleitoral. O primeiro é o capital familiar, que advém do prestígio, dos compromissos e das lealdades que são construídas em torno dos laços familiares. O segundo é oriundo da participação em movimentos sociais, o que até aqui denominamos capital associativo. Ele resulta de uma trajetória de engajamento em sindicatos, associações de bairros, associações estudantis, associações profissionais etc. O terceiro decorre de um capital delegado da ocupação anterior de cargos públicos/políticos. Ele se expressa nos compromissos, no prestígio e no saber especializado que resulta de uma experiência política. Por fim, ela considera o capital político convertido de outros campos, como por exemplo, podemos verificar na eleição de artistas, atletas ou indivíduos que tenham grande projeção midiática.

A conclusão da pesquisa de Pinheiro indicou que, embora o capital familiar continue contando de maneira significativa para a trajetória política das deputadas, vem aumentando o número para as quais a participação em movimentos sociais constitui o principal recurso político. Esse tipo de diagnóstico torna-se importante fonte de diálogo para a pesquisa que pretendemos realizar. Em que medida essas conclusões valem para os vereadores? Em que medida encontramos na escala municipal conclusões diferentes em termos dos tipos de capitais políticos que importam para entrada e permanência na política de mulheres e homens?

Assim, sinteticamente, no seu conjunto, o objetivo desse primeiro eixo da pesquisa consiste em diagnosticar a trajetória política dos vereadores, o peso do capital associativo na sua carreira e seus padrões de interação com as organizações civis e as instituições participativas.

No segundo eixo, nossa preocupação se desloca sobre os valores dessas elites. Dahl (1997) destacou a relevância das crenças de ativistas políticos como um dos fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos. Em uma frase que sintetiza o conjunto dos seus argumentos sobre o tema, o autor afirma que seria difícil que um regime dessa natureza pudesse vir a existir sem que uma camada politicamente atuante acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário.

Entendendo que pessoas diferentes provocam efeitos distintos em qualquer sistema político, Dahl (1997) propõe como importante questão a identificação de quem alimenta quais crenças políticas. Apesar de ressaltar que essa abordagem não implica na desconsideração dos valores difundidos entre o restante da população, o autor aponta que o conjunto dos valores das camadas politicamente mais atuantes e envolvidas com as atividades políticas pode ser um importante fator nos estudos sobre poliarquias.

Esses ativistas políticos, diferentemente da maioria das pessoas, teriam sistemas de crenças complexos e ricos, o que poderia ser explicado em grande medida pela associação entre essa sofisticação e os níveis de escolaridade e interesse por política. Ademais, no que diz respeito à dimensão estritamente cognitiva da cultura política, o autor é categórico ao afirmar que é plausível supor que o conhecimento sobre os diferentes aspectos da vida política de um país qualquer seja maior entre os membros dessa elite do que entre a população geral (DAHL, 1997).

Em síntese, Dahl (1997) afirma que as elites importam e desconsiderar que elas exercem influência no processo político seria, no mínimo, ingênuo. Em consequência, os valores desta elite importam mais do que o da população em geral, pois, querendo ou não, são os seus membros que estão no comando do processo decisório e suas decisões afetam um leque grande de pessoas. Assim, se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (GRYNSZPAN, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; PERISSINOTTO *et al*, 2007).

Nesses termos, é importante destacar que além dos fatores que tornam as crenças desse grupo particularmente relevantes, os ativistas desempenham também papel fundamental nos processos de criação e difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma sociedade, afinal são tais indivíduos que operam as instituições e atuam de maneira mais influente no processo de consolidação das democracias modernas.

Nestes termos, a pesquisa se propõe a mapear um amplo espectro de valores e atitudes partilhadas pelos vereadores paranaenses. Nesta frente de pesquisa nosso interesse mais específico se volta para um exercício de identificação da consistência da adesão democrática desse público.

Em síntese, a presente proposta pretende identificar quem são os vereadores paranaenses, de onde vêm, que trajetórias políticas percorreram e como pensam a democracia e suas instituições. Trata-se, portanto, de pesquisa inédita e que pode produzir informações

bastante relevantes para a compreensão não apenas da realidade política estadual, mas também sobre os desafios que nossas instituições atualmente atravessam para se fortalecerem em termos de legitimidade e apoio popular.

2 – Justificativas

A identificação das características sociodemográficas, atitudinais, associativas e relacionadas à trajetória política dos parlamentares das Câmaras de Vereadores do Paraná é fundamental para os estudos relativos ao sistema democrático no estado. Da mesma maneira, aspectos estruturais das Câmaras municipais são relevantes à discussão sobre o Poder Legislativo na esfera local, ainda pouco explorada pela Ciência Política brasileira.

A realização de tal levantamento em 2016 permitirá mapear o perfil das câmaras e dos vereadores na atual legislatura, o que contribuirá para a realização de outras pesquisas sobre representação política e poder local.

A pesquisa é importante também como experiência metodológica, uma vez que envolverá discentes de graduação e pós-graduação, além dos coordenadores docentes, em um conjunto de atividades, quais sejam: construção do instrumento de pesquisa (questionário), coleta de dados, criação e alimentação de base de dados e análises estatísticas (descritivas, bivariadas, multivariadas e multiníveis).

Ademais, o banco de dados decorrente de tal projeto será disponibilizado para fins acadêmicos e deve subsidiar outros projetos de pesquisa, de iniciação científica e dissertações de mestrado.

3 – Objetivos

O objetivo geral do projeto é mapear as características sociodemográficas, atitudinais, associativas e relacionadas à trajetória política dos parlamentares das Câmaras de Vereadores do Paraná, bem como as condições estruturais das Câmaras municipais, referentes à legislatura 2013-2016.

Para tanto, são objetivos específicos:

1. Coletar respostas a questionário online a ser encaminhado à totalidade dos vereadores dos 399 municípios paranaenses;
2. Coletar respostas a questionário online a ser encaminhado à totalidade das Câmaras de vereadores dos 399 municípios paranaenses;

3. Capacitar acadêmicos de graduação e de pós-graduação para utilização de métodos quantitativos de análise estatística;
4. Produzir relatório à Câmara Municipal de Maringá com informações referentes à composição do legislativo municipal paranaense e à estruturação das Câmaras municipais do estado;
5. Utilizar o banco de dados decorrente da pesquisa para realização de outros projetos de pesquisa, de iniciação científica e de dissertações de mestrado;
6. Disponibilização do banco de dados em bases de pesquisa.

4 – Metodologia

A pesquisa proposta será realizada utilizando-se do método quantitativo. Elaboraremos, em conjunto com outros pesquisadores, um banco de dados a respeito da elite política municipal do Estado do Paraná. A ideia inicial é a realização de um censo. O Paraná conta com 399 (trezentos e noventa e nove) municípios e 3.866 (três mil, oitocentos e sessenta e seis) vereadores conforme dados obtidos junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (Eleições 2012). Partindo deste universo, pretendemos elaborar um questionário que contemplará informações sócio-demográficas dos vereadores, bem como relacionadas à suas trajetórias políticas, comportamentos, atitudes e valores políticos.

Em um primeiro momento, a coleta de dados se dará “online”, através de questionário enviado por e-mail e preenchido pelo próprio respondente. Utilizaremos, para tanto, a plataforma “survey monkey”. Tal etapa será monitorada por supervisores e bolsistas que compilarão diariamente os dados a fim de acompanhar o avanço da pesquisa de campo.

No segundo momento, serão estabelecidos contatos telefônicos, por bolsistas e pela equipe da Câmara Municipal de Maringá envolvida no projeto, a fim de convidar e incentivar os vereadores a participar da pesquisa. Caso seja necessário, os questionários poderão ser aplicados também por telefone.

Caso ainda assim restem questionários sem preencher, os pesquisadores da Câmara Municipal de Maringá se deslocarão aos municípios para aplicar os questionários, já que o objetivo é a realização de um censo.

Contudo, caso não seja possível atingir o objetivo, mesmo olvidando todos os esforços relatados, realizaremos uma amostra (bastante substancial) da elite legislativa municipal paranaense com os dados já coletados, de forma que o banco de dados não restará prejudicado caso o censo não seja possível.

5 - Resultados Esperados

1. Contribuir para o debate sobre o perfil dos parlamentares municipais brasileiros e sobre a estrutura do Poder Legislativo local;
2. Redação de artigos para publicação em periódicos especializados das áreas de Ciência Política e de Sociologia;
3. Apresentação das conclusões da investigação em congressos e/ou encontros científicos;
4. Construção de bancos de dados sobre vereadores e Câmaras municipais paranaenses;
5. Orientações de projetos de iniciação científica e de dissertações de mestrado.

6 – Referências (Conforme Normas da ABNT)

ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, E. A. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, mai./ago. 2012. p. 237-263.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 2, 2010. p. 567-584.

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimação da Ação. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, 2007. p. 443-464.

CARVALHO, J.M. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 30, 2008. p. 89-105.

CORADINI, O. L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 28, 2007. p. 181-203.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GURZA LAVALLE, A.; MUNZA VERA, E. A. Trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Revista Lua Nova**, n.84, 2011. p. 95-139.

GURZA LAVALLE, A.; BOUTZAGER, P. P.; CASTELO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, 2006. p. 43-66.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 41. jan./jun. 1996. p. 35-83.

LIMA, M. R. S. de, CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, 1996. p. 83-110.